

CDDPH pede a Muniz relato de tortura policial no Rio

Brasília — O Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) decidiu ontem enviar um ofício ao Secretário de Segurança do Rio de Janeiro, General Waldir Muniz, pedindo que ele remeta ao órgão um relato sobre as denúncias de torturas, pela polícia, praticadas contra a ex-ativista política Inês Etienne Romeu, em uma residência, em Petrópolis.

A denúncia e os documentos referentes ao caso foram levados ao Conselho, pela OAB, no final de 1980. A decisão final sobre esse caso somente deverá ser conhecida no próximo ano, já que faltam apenas duas reuniões do Conselho, este ano, para completar as seis previstas pelo regulamento. A reunião do dia 10 de dezembro será dedicada à comemoração do Dia Universal dos Direitos do Homem e contará com a presença do presidente da Academia Brasileira de Letras, Austregesilo de Ataíde.

Inédito

O secretário do Conselho, Euclides Mendonça, ao iniciar ontem o relato sobre a reunião, destacou como "inédito" o fato de terem sido apreciados os oito processos em pauta. O processo que ocupou a maior parte do tempo da reunião foi o da prisão do jornalista Mário Vieira, membro do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário. A OAB, autora da denúncia, decidiu retirar o processo para discutir qual o encaminhamento a tomar, diante das informações do Exército de que o jornalista "nunca esteve preso em suas dependências".

Foi arquivado um processo de denúncia de

crimes praticados na Paraíba pelo Mão-Branca, diante das providências tomadas pelo Governador Tarcísio Buriti de demitir da polícia os responsáveis que já se encontram presos e entregues ao Tribunal de Justiça do Estado. Em outra decisão, o CDDPH resolveu propor uma ação penal contra os indiciados em crimes de torturas praticados na penitenciária de Uberlândia, em Minas Gerais.

Por proposta do conselheiro Barbosa Lima Sobrinho, o Conselho aprovou a idéia de criação de Conselhos Estaduais de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, mas não por via federal como chegou a ser sugerido, mas através das respectivas Assembléias Legislativas. Três propostas do representante da ABE sobre direito à educação, salários dos professores mineiros e assistência aos professores de Belo Horizonte envolvidos em greve foram arquivados, depois de comprovadas todas as providências já tomadas pelos órgãos envolvidos nas denúncias.

Na parte final da reunião, o conselheiro Benjamim Albagli lamentou o comportamento do Juiz Francisco Horta no caso do expolicial Mariel Mariscot, assassinado recentemente no Rio de Janeiro. Criticou ainda a Câmara dos Deputados por não ter votado a licença para processamento criminal dos Deputados Gilson de Barros (PMDB-MT) e Helói Lenzl (PDT-RS).

O conselheiro Geraldo Montedônio Bezerra de Menezes, do Conselho Federal de Cultura, propôs um voto de congratulações pela Encíclica do Papa João Paulo II, com destaque ao capítulo do Direito do Homem ao Trabalho.